

O PAPEL DA ESCOLA NA MANUTENÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL

Luciene Santana de Souza¹

RESUMO

Resumo: O presente trabalho tem como tema central o papel da escola no processo de manutenção da cultura dominante e reprodução da desigualdade racial, tendo como objetivo investigar o papel da escola nesse processo, bem como as ações pedagógicas que combatem os mecanismos de reprodução utilizados pela escola e favorecem um ambiente escolar mais igualitário e inclusivo. Do ponto de vista teórico, para a realização deste trabalho, embasou-se em Bourdieu (1966, 1982, 1989, 1998), Munanga (2008), Bonnewitz (2003), Stoer (2003), dentre outros. Os resultados mostram a necessidade de romper com um modelo de educação que mantém os privilégios da classe dominante, bem como a importância do desenvolvimento de ações pedagógicas de combate ao racismo na escola.

Palavras-chave: Escola. Reprodução. Violência Simbólica. Racismo.

INTRODUÇÃO

Pierre Bourdieu (1930-2002), renomado filósofo e sociólogo hodierno, estudioso de diversos campos sociais, dentre eles a educação, traz contribuições importantes para quem realiza estudos acerca do papel social da escola. Para este autor, o sistema escolar é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois legitima as desigualdades sociais ao ratificar a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 1998, p. 41).

Dessa forma, observa-se que a escola, ao longo dos anos, vem sendo uma das grandes responsáveis pela manutenção das desigualdades sociais e da discriminação

¹ Graduada em Pedagogia e Matemática. Atuou como Coordenadora pedagógica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Irmão Pio Barroso. Atualmente, é Pedagoga na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e mestra em educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: luci@unifesspa.edu.br

racial, uma vez que a ação pedagógica escolar, que, segundo Bourdieu, reproduz a cultura dominante, contribui para a manutenção da estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima. Ainda segundo o autor, numa sociedade em que a obtenção dos privilégios sociais depende cada vez mais estreitamente da posse de títulos escolares, a escola tem apenas por função assegurar a sucessão discreta a direitos da burguesia (BOURDIEU, 1992, p. 218). Deste modo, a violência simbólica, utilizada no âmbito escolar como mecanismo de manutenção do poder das classes mais favorecidas, contribui para o processo de reprodução do racismo. Assim, esse tipo de violência, que nem sempre é percebida como violência, mas sim como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que "naturalmente" se exerce de um para outro, tem suas raízes presentes nos símbolos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas. Portanto, a escola, ao utilizar-se dos mecanismos de legitimação das estruturas sociais, assegura a classe dominante nas posições de origem ascendente.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo investigar o papel da escola na reprodução das desigualdades sociais e do racismo no Brasil, bem como as ações pedagógicas que combatem esse papel reprodutor da escola e favorecem um ambiente escolar mais igualitário e inclusivo.

Este trabalho será dividido em três partes. A primeira detalha, de forma breve, o conceito de violência simbólica utilizado no âmbito escolar como mecanismo de manutenção do poder das classes mais favorecidas, que contribui para o processo de reprodução do racismo no Brasil; já a segunda dedica-se à análise do papel da escola no processo de desvalorização do negro e manutenção da cultura dominante; e, por

derradeiro, trata das diferentes ações pedagógicas de combate ao racismo no interior das escolas brasileiras.

METODOLOGIA

O método de pesquisa que propicia o pensamento teórico, nas palavras de Netto (2011) parte da aparência e visa alcançar a essência do objeto. Para tanto é necessário ultrapassar o imediato, o sensível e o aparente, para assim, apropriar-se do real em sua totalidade. Assim, segundo Sylvio (2015) o materialismo histórico dialético nos fornece todos os elementos possíveis para o entendimento da realidade em sua totalidade. Segundo o autor, o método nos ajuda a compreender como acontece a relação sujeito-objeto na realidade constituída social e historicamente.

No método dialético o processo de elaboração do conhecimento parte do empírico (concreto I), e após ser assimilado por meio da abstração chega-se ao concreto pensado (concreto II), ou seja, chega-se a uma compreensão das determinações que fazem o real ser quem o é. Nessa perspectiva o presente trabalho está assentado na teoria histórico cultural de Lev S. Vygotsky e na teoria do ensino desenvolvimental de V. V. Davidov, ambas fundamentadas nos pressupostos do materialismo histórico dialético. Nas palavras de Rosa e Sylvio (2016, p. 429-430):

Tal como Vigotski, que criticou o modelo de educação escolar de sua época (circunscrita às décadas de 1920 e 1930), Davidov também o faz a partir da década de 1960. O espaço geográfico em que ocorreram as pesquisas e estudos de Vigotski e de Davidov é o mesmo, a Rússia, porém, cerca de trinta anos os separam historicamente; portanto, seus estudos ocorrem em um contexto sócio-histórico diferente. Outra peculiaridade dessas pesquisas diz respeito ao objeto de investigação: enquanto o primeiro estuda o processo de desenvolvimento humano de forma mais generalizada, o segundo estudou especificamente o processo de desenvolvimento escolar. Podemos compreender, assim, que as duas teorias se interpenetram e se complementam, daí nossa tese de que ambas constituem uma epistemologia psicológico-didática do ensino escolar.

Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa foi adotada a pesquisa bibliográfica em artigos, livros e revistas sobre o objeto de estudo. Nas palavras de Boccato (2006):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (BOCCATO, 2006, p. 266).

REFERENCIAL TEÓRICO

Os valores, crenças e conhecimentos que cada pessoa constrói por meio das relações sociais no decorrer de sua vida nem sempre é o que parece ser e nem sempre é verdadeiro. Aspectos do mundo social que são tidos como verdades absolutas, como se fossem um dom natural, muitas vezes são apenas construções convenientes aos grupos dominantes, que se utilizam do poder simbólico para impor suas próprias verdades ao grupo dominado. Nas palavras de Bourdieu (2004, p. 15) é:

(...) uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia.

Esse poder se transforma em uma violência simbólica, na medida em que induz os indivíduos a se posicionarem em um determinado espaço de acordo com as premissas previamente formuladas pela classe dominante, sendo exercido sem possibilidade de defesa.

Pierre Bourdieu conceitua violência simbólica como sendo o processo de fabricação de crenças, diretrizes, ordenamentos no âmbito social, que, além de

reproduzirem os padrões do discurso dominante, conferem-lhe também legitimidade, considerando-os naturais e até mesmo inevitáveis. Segundo o autor, esta é uma violência suave que ocorre onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global. Nesse sentido, Bourdieu (2003, p. 47) afirma que:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.

Nesse sentido, Bourdieu (1989) destaca que o reconhecimento da legitimidade dos valores produzidos e administrados pela classe dominante implica o ‘desconhecimento’ social do espaço, onde se trava, simbolicamente, a luta de classes. Dessa forma, a violência simbólica se impõe pela força simbólica que se exerce sobre os corpos, sem utilizar-se da força física, porém com maior intensidade, uma vez que se sustenta nas predisposições colocadas na zona mais profunda dos corpos, gerando a cooperação e convivência daqueles sujeitos que lhe são subordinados. Nas palavras de Bourdieu (2003), ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta. Corroborando com essa ideia, Schinkel (2010, p. 189) diz que “a violência simbólica é a violência que o indivíduo aceita ao mesmo tempo que a sofre”.

Esta violência está instalada em todos os setores da sociedade (família, escola, igrejas, etc.), muito embora sua forma de ação tênue a torne invisível para muitos dos que a sofrem. Assim, torna-se o mecanismo ideal para a reprodução das práticas discriminatórias, que vem se perpetuando ao longo dos anos no meio social, como resultado dessa violência que age de forma suave, legitimando e reproduzindo a cultura das classes dominantes, ao mesmo tempo que desvaloriza e despreza tudo o que representa as minorias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática do racismo é histórica e foi construída nas relações sociais e pelas relações de poder que se fizerem presentes nos diferentes segmentos da sociedade, especialmente na educação. Dessa forma, a escola favorece a manutenção da desigualdade e da discriminação, funcionando como um aparelho ideológico de reprodução da ideologia da classe dominante. Segundo Bourdieu (1982, p. 52):

Instrumento fundamental da continuidade histórica, a educação considerada como processo através do qual se opera no tempo a reprodução do arbitrário cultural, pela mediação da produção do habito produtor de praticas de acordo com o arbitrário cultural (isto é, pela transmissão da formação como informação capaz de “informar” duravelmente os receptores), é o equivalente na ordem da cultura daquilo que é a transmissão do capital genético na ordem da biologia: o habito sendo análogo do capital genético, a inculcação que define a realização da ação pedagógica é o análogo da geração na medida em que transmite uma informação geradora de informação análoga.

A escola, portanto, detém historicamente autoridade pedagógica para produzir e transmitir os bens culturais e o conhecimento, tornando-se um local propício para a manutenção da cultura dominante, uma vez que detém prestígio e reconhecimento social para difundir o arbítrio cultural. Para Bourdieu, a cultura consagrada e transmitida pelas

instituições escolares não seria superior a nenhuma outra, portanto, o valor que lhe é atribuído é arbitrário, na medida em que a estrutura e as funções desta cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual. Nas palavras de Stoer (2008, p. 15):

A ação pedagógica reproduz o arbitrário cultural das classes dominantes ou dominadas. A ação pedagógica (institucionalizada) da escola reproduz a cultura dominante e, através desta, a estrutura de relações de força dentro de uma formação social, possuindo o sistema educativo dominante o monopólio da violência simbólica legítima. Todas as ações pedagógicas praticadas por diferentes classes ou grupos sociais apoiam objetiva e indiretamente a ação pedagógica dominante.

Dessa forma, a escola, vista por muitos como promotora da igualdade de oportunidades e justiça social, contraria as expectativas nela depositada, tornando-se reprodutora das desigualdades sociais. Bonnewitz (2003) ressalta que, para os fundadores da Terceira República (1870-1940), a escola deveria fornecer educação para todos os indivíduos, proporcionando-lhes instrumentos que pudessem garantir não só sua liberdade, mas também a sua ascensão social; contudo Bourdieu (1998, p. 41) diz que:

É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da escola libertadora, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.

Nesse sentido, Bourdieu e seus colaboradores contestam a ideia de escola libertadora, que se tornou uma crença, alertando que a mesma, longe de reduzir as desigualdades sociais, contribui para reproduzi-las.

Diante do exposto, observa-se que o ambiente escolar se torna um local privilegiado no qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são

construídas e reproduzidas, por meio de ações pedagógicas que viabilizam e legitimam a discriminação e o preconceito contra a comunidade negra.

Mesmo velado, o racismo pode ser facilmente constatado no ambiente escolar por meio das expressões orais carregadas de preconceito, dos livros didáticos que reforçam o discurso de inferiorização do negro, das gravuras nas paredes, murais e muros da escola que são, na sua grande maioria, de pessoas brancas e de classe média. Assim, a criança negra, que não se vê representada e nem tão pouco valorizada no âmbito escolar, passa por um processo de inculcação de valores e hábitos postos como universais pela escola, ou seja, passa por um processo de desaculturação, sendo então forçada a se apropriar de um novo modelo cultural. Para Valente (2005, p. 64):

(...) há um ritual pedagógico que exclui a história de luta dos negros, impõe um ideal de ego branco, folcloriza a cultura negra mas, no discurso, propugna a igualdade entre as crianças, independentemente de cor; os livros didáticos discriminam os negros e falta material de apoio que auxilie aos professores a enfrentar o preconceito e a discriminação intra-escolares; a escola não auxilia a formação da identidade racial e, além disso, reforça de forma negativa alguns estereótipos que prejudicam o processo socializador.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que o racismo no Brasil faz parte do cotidiano da sua sociedade. Apesar da defesa, por parte da elite brasileira, da existência de uma democracia racial no país, as estatísticas mostram que, de fato, ela é apenas um “mito”. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de negros e pardos corresponde a 55,4% do total da população residente no Brasil, contudo, apesar de ser a maioria, de acordo com dados da Agência Brasil a porcentagem de negros que concluem o ensino superior é de apenas 9,35%, enquanto os brancos representam 22,9%. No que se refere à renda, conforme dados do IBGE de 2017, considerando os 10% da população mais pobres no Brasil, oito a cada dez são negros. Esses dados refletem o processo histórico de reprodução das desigualdades sociais entre

negros e brancos na sociedade brasileira. Isso se deve, dentre outros fatores como emprego, renda e família, à ação da escola, que, utilizando-se da autoridade que lhe é conferida, assegura e perpetua o histórico abismo entre brancos e negros, ricos e pobres.

À medida que a escola despreza as diferenças sociais de cada aluno e seleciona os conteúdos curriculares de acordo com o interesse da classe dominante, ela retira da classe menos favorecida a possibilidade de ascender socialmente, uma vez que esta estará sempre em desvantagem, pois, como afirma Bourdieu (1992, p. 53):

para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais.

Dessa forma, a escola exerce um trabalho de inculcação de valores e normas que levam à reprodução das condições sociais que favorecem determinados grupos a permanecerem em condições sociais e econômicas privilegiadas, sendo urgente a implantação e ampliação de ações pedagógicas que mudem a forma com a qual a escola lida com o conhecimento, a fim de empoderar grupos sociais historicamente neutralizados por sua ação pedagógica.

Mesmo sendo a escola montada para a reprodução dos valores das classes dominantes, ela também desenvolve seu trabalho na perspectiva da igualdade racial, combatendo as práticas que levam à discriminação e ao racismo em seu cotidiano. Para Lopes (2008, p. 185), a escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de forma consciente. No entanto, o mesmo potencial que a escola tem para promover o racismo, ela também tem

para combatê-lo, por meio da utilização de diferentes mecanismos, tais como: criação de um currículo que valorize as diferenças étnicas e raciais de cada aluno, criação e implantação de políticas afirmativas, bem como a formação de professores com consciência crítica, capazes de lidar com os desafios do contexto escolar, buscando desenvolver ações pedagógicas de combate a qualquer tipo de preconceito e discriminação raciais.

O currículo escolar indica os caminhos a serem trilhados pela escola, trazendo a seleção dos conteúdos disciplinares a serem ensinados; segundo Bourdieu, esses conteúdos são selecionados de acordo com os valores e objetivos da classe dominante. Dessa forma, o combate ao racismo passa pela adequação do currículo às reais necessidades de cada aluno, considerando as diferentes manifestações culturais, os diferentes saberes, as diferentes formas de ser e agir, a fim de construir uma escola de fato democrática, capaz de enfrentar os desafios do preconceito e exclusão, cristalizados historicamente no meio social. Para tanto, a escola pode contar com a implantação de políticas afirmativas, dentre elas a lei 10.639|03 que instaura a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; a lei 11.096|2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e a Lei 12.288|10, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, criadas a partir luta histórica de vários movimentos sociais, como: Movimento Negro, Movimento dos Sem-Universidade e Pré-Vestibulares para Negros e Carentes.

Contudo, observa-se que as práticas racistas não ocorrem apenas pela ausência de leis que assegurem direitos iguais para os diferentes grupos étnicos, já que, segundo Munanga (2008, p. 17), não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas que existem na cabeça das pessoas, em outras palavras, o preconceito racial está interligado com o modo de ser e pensar de cada um, portanto, o

combate ao racismo na sociedade brasileira requer também uma mudança de pensamento desta.

Nessa perspectiva, os professores têm um papel de extrema relevância na superação da reprodução do racismo promovido pela escola. De acordo com os parâmetros curriculares nacionais (PCNs), leis sozinhas não bastam; nessa luta o papel docente é fundamental e para tanto os professores devem possuir informações, formação e sensibilidade sobre a realidade racial e social no país (BRASIL, 1997, p. 4). Os docentes carecem de formação inicial e continuada que os capacite para desenvolver ações pedagógicas que promovam a valorização das crianças negras como sujeitos de direitos, cidadãs, produtoras e construtoras de conhecimentos, contribuindo para a construção de uma escola antirracista, intercultural e emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ingresso das classes menos favorecidas nas escolas representa a aprendizagem de novos modelos de cultura, selecionados e organizados pelo sistema de ensino e imposta pelas instituições escolares por meio de mecanismos que asseguram a manutenção dos interesses da classe dominante, processo denominado por Bourdieu de violência simbólica, pois a escola exige dos alunos qualidades, valores e conhecimentos distribuídos de forma desigual entre as diferentes classes sociais. Porém, a escola, que historicamente atendeu aos interesses das classes mais privilegiadas, contribuindo para a cristalização da desigualdade social e racial, pode também utilizar a mesma autoridade pedagógica para desenvolver estratégias de combate ao racismo, tais como: a construção coletiva de um currículo escolar que valorize a realidade de cada aluno, criação de novas políticas afirmativas e implantação das que já existem e a adequada formação

inicial e continuada dos professores, para que tenham condições de lidar com as mais variadas formas de manifestação do racismo no cotidiano da sala de aula.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da Pesquisa Bibliográfica na Área Odontológica e o Artigo Científico Como Forma de Comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em:

http://arquivos.cruzeiroseducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em 13 ago. 2018

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORDIEU, P. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

LOPES, V. N. Racismo, preconceito e discriminação. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

SCHINKEL, W. **Aspects of violence: a critical theory**. Rotterdam: Palgrave Macmillan, 2010.

STOER, S. R. A genética cultural da reprodução. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 26, p. 85-90, 2008.

Valente, A. L. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 62-76, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a06n28.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.